



A INVESTIGAÇÃO-AÇÃO PARTICIPATIVA E ATIVAÇÃO POPULAR PARA A CONSERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO-TERRITORIAL NO SAMBAQUI DO GUARAGUAÇU¹

Antonio Marcio Haliski ²
Evandro Cardoso do Nascimento ³

RESUMO

O trabalho com comunidades é desafiador e necessário. Demanda metodologia adequada que resulte em um diálogo, reciprocidade e ações construídas coletivamente que se revertam em soluções de problemas a nível local. Nesse sentido, adotamos como método e teoria os preceitos da Investigação Ação Participativa (IAP) para o desenvolvimento de uma pesquisa-ação na comunidade do Guaraguaçu, em Pontal do Paraná –PR. Como resultado levantamos os principais patrimônios territoriais, destacando o sambaqui, mas tendo como fundamento que a comunidade em si já um patrimônio, em razão do seu histórico de ocupação e povoamento, além de constataremos que uma das demandas é fortalecimento do turismo de base comunitário, mas que ele deve ser discutido e estruturado em diálogo entre comunidade, instituições de ensino e poder público.

Palavras-chave: Patrimônio cultural, Diálogo de saberes, Práxis territorial.

RESUMEN

El trabajo con comunidades es desafiante y necesario. Requiere una metodología adecuada que genere diálogo, reciprocidad y acciones construidas colectivamente, capaces de transformarse en soluciones para los problemas a nivel local. En este sentido, adoptamos como método y marco teórico los principios de la Investigación-Acción Participativa (IAP) para el desarrollo de una investigación-acción en la comunidad de Guaraguaçu, en Pontal do Paraná – PR. Como resultado, identificamos los principales patrimonios territoriales, destacando el sambaquí, pero partiendo del fundamento de que la propia comunidad se constituye un patrimonio en virtud de su historia de ocupación y poblamiento. Además, constatamos que una de las demandas es el fortalecimiento del turismo de base comunitaria, el cual debe ser discutido y estructurado mediante el diálogo entre la comunidad, las instituciones educativas y el poder público.

Palabras clave: Patrimonio cultural, Diálogo de saberes, Praxis territorial.




INTRODUÇÃO

A investigação-ação participativa (IAP) é um método que articula pesquisa e ação, assume um compromisso com as classes populares, com a ação transformadora da sociedade e

¹ Trabalho resultado do Projeto Novos Arranjos de Pesquisa e Inovação (NAPI: alimento e território), financiado pela Fundação Araucária, do Estado do Paraná.

²Doutor em Sociologia pela Universidade Federal do Paraná - UFPR, antoniohaliski@ufpr.br;

³Doutor em Meio Ambiente e Desenvolvimento pela Universidade Federal do Paraná - UFPR, evandrohistoria@hotmail.com;



lado, alguns pratos típicos estão sendo retomados, como a Cambira (peixe defumado com banana), outro destaque é a presença de uma aldeia indígena Guarani no entorno do sambaqui, desde o final da década de 1990, e que sobrevivem basicamente de artesanatos, muitos vendidos para visitantes. No caso do Sambaqui, Serbena e Gernet (2019) o definem como formações artificiais constituídas basicamente por conchas de moluscos e que foram construídas pelos primeiros caçadores, coletores e pescadores que ocuparam o litoral.

Segundo Villagran (2013), a cultura material sambaqueira do litoral brasileiro é marcada pela tecnologia lítica e óssea polida e, apesar da quantidade de moluscos, os peixes eram a principal fonte de proteína, complementada por vegetais e mamíferos marinhos.

O termo Sambaqui, deriva da etimologia Tupi Guarani, significando: Tamba (conchas) e Ki (montanhas, amontoados). São sítios arqueológicos, inseridos em paisagem Holocênica (últimos 11.000 anos de história da Terra), onde populações indígenas habitaram, temporária ou permanentemente, para exploração dos recursos litorâneos, criando acúmulos artificiais de restos de alimentação. (Gernet, Santos e Silveira, 2019, p. 138).

Um levantamento recente, realizado por Parellada (*et al.*, 2018), identificou 400 sambaquis no litoral paranaense e, no caso do Sambaqui do Guaraguaçu, trata-se de um dos maiores do Sul do Brasil que resistiu a depredação antrópica e, por este motivo, deve ser conservado e, acima de tudo, utilizado para fins de educação ambiental e patrimonial e demais atividades como a de turismo de base comunitário.

METODOLOGIA

A IAP é um método de pesquisa social que surge neste contexto, tendo o colombiano Orlando Fals Borda como principal referência teórica. A partir das sistematizações, elaboradas por Ander-Egg (1990), Fals Borda (1999; 2006) e Colmenares Escalona (2012), é possível elencar sete características da IAP: 1) relação de horizontalidade e reciprocidade entre pesquisadores e atores sociais; 2) seu objetivo deve partir dos atores sociais implicados na situação-problema; 3) compromisso com o povo e com a ação transformadora da sociedade; 4) articulação entre pesquisa científica e ação prática; 5) é aplicável somente na escala microsocial; 6) preocupação com a objetividade científica e respeito às formas clássicas de pesquisa social; e 7) compromisso com o processo educativo.

A operacionalização da IAP pode ser dividida em três fases: a fase diagnóstica, subdividida em etapas que vão da identificação dos interesses coletivos à elaboração de um diagnóstico participativo; a fase da ação, que requer a execução de um planejamento coletivo;



e a fase avaliativa, constituída pela reflexão sobre a ação e sistematização dos seus resultados. Essa proposta metodológica apresenta convergências com a ativação popular do patrimônio-territorial, tendo em vista a relevância dos sujeitos no processo. Deste modo, entendemos as pessoas como patrimônio na medida em que co-evoluem com o território e, portanto, o constituem. É neste caso que ao nos referirmos em práticas como o próprio turismo de base comunitária, entendemos que essa prática deve ser uma demanda que traga a valorização dos envolvidos, na sua versão verdadeiramente humana. Em síntese, a ativação do patrimônio consiste nos sujeitos em movimento, mobilizados, engajados e conscientes das suas ações por e no território.

Esta pesquisa deriva das ações do projeto intitulado NAPI Alimento e Território, vinculado aos Novos Arranjos de Pesquisa e Inovação (NAPI), que são uma política da Fundação Araucária de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Estado do Paraná, regulamentada a partir de julho de 2023, com o objetivo de reunir pesquisadores/as, estudantes, empresas e organizações da sociedade civil, para atender demandas da sociedade paranaense. Inicialmente o NAPI Alimento e Território nasce de uma articulação interinstitucional entre a Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE), Universidade Federal do Paraná (UFPR), Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR) e Instituto Federal do Paraná (IFPR), a partir da expertise de seus proponentes em atividades de pesquisa-ação vinculados aos territórios de ação dos pesquisadores e suas articulações locais (Associações, ONGS, Prefeituras, lideranças comunitárias, etc) e internacionais, principalmente com universidades colombianas, mexicanas e italianas. O projeto foi submetido ao Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal do Paraná (CAAE: 79135624.7.0000.0214) e aprovado mediante o parecer número: 6.868.260.

REFERENCIAL TEÓRICO

Entendemos que território é um conceito polissêmico e que se difunde com força para países como o Brasil a partir da década de 1990, vinculados principalmente à políticas públicas de planejamento. A concepção territorial que orientou a construção do projeto NAPI Alimento e Território passa pelo entendimento de que é, seguramente, um conceito, uma categoria analítica, um processo coevolutivo social-natural e espacial-temporal.

Por este motivo, insistimos neste artigo que entender o território se torna fundamental para discutir o patrimônio e sua ativação. Os fundamentos basilares encontram-se em Saquet (2014, 2019), pois no nível teórico-conceitual-metodológico e da práxis de cooperação com os



sujeitos do nosso projeto, destacam-se os seguintes significados, como invariantes no tempo e no espaço:

i) Sua **trans-multiescalaridade**: o território é formado, no nível da cotidianidade, em diferentes escalas, desde nossos corpos, passando pelas famílias e residências, ruas e condomínios, estabelecimentos rurais e comunidades, até as escalas municipais, estaduais, regionais, nacionais, internacionais e globais. Essas escalas, normalmente, são sobrepostas, isto é, coexistem para certo grupo e classe social, evidentemente, alguns transnacionalizadas, outros enraizados e localizados, mas sempre vivendo relações – territorialidades – e redes, também em diferentes escalas.

ii) Sua **transtemporalidade**: o território também resulta (de) e condiciona temporalidades históricas e ritmos mais ou menos acelerados, ou seja, é um produto de um encadeamento processual (histórico e relacional, pois os ritmos são trans-multiescalares) no qual há mudanças e permanências, ou continuidades e rupturas, seja no nível da sociedade, seja no nível da natureza e das cosmologias. Por isto, o território contém elementos e processos de épocas passadas, presentes e futuras.

iii) Sua **pluridimensionalidade**: é composto por elementos, processos e fatores sociais (econômicos, políticos, culturais), naturais (ambientais) e cosmológicos (energia). Estas dimensões do território podem, e normalmente precisam, ser esmiuçadas e aprofundadas, dependendo de cada projeto de pesquisa e/ou ação, dos objetivos, das metas, do orçamento e demais condições existentes, dos sujeitos nele envolvidos, dos prazos, entre outros. Podemos pensar, então, que o território também contém “camadas” sobrepostas e coexistentes em nossa vida territorializante, desterritorializante e reterritorializante (**TDR**).

iv) Seu conteúdo de movimento e conexão, interação e conflitos, disputas e identidades, desigualdades e diferenças, ecossistemas e filamentos cósmicos, num processo que, normalmente, denominamos de ciclo **TDR**. O território, assim, está sendo feito e refeito, assumindo a forma de área, de área-rede, rede-rede, nó-rede etc., de acordo com cada espaço-tempo-cosmo.

Daí o exercício de vincular o patrimônio ao território, ou como o faz Costa (2021) ao denominar de patrimônio-territorial, acionando a ontologia para tal. Nos parece que este caminho é fundamental para a perspectiva decolonial tendo em vista a própria ancestralidade como elemento fundante do que se entende por patrimônio.

Por isso a relação da investigação-ação participativa (IAP) que consiste em um método de pesquisa social que articula pesquisa científica e ação prática na resolução de problemas coletivos (Ander-Egg, 1990) assume um compromisso político com as classes populares e com



a ação transformadora da sociedade (Fals Borda, 1999; 2006), estabelecendo uma relação de horizontalidade e reciprocidade entre pesquisadores e atores sociais (Colmenares Escalona, 2012) pode se vincular a ativação popular do patrimônio-territorial, sendo este um processo de identificação dos bens culturais para valorização de historicidades subalternizadas (Costa, 2017).

Ezequiel Ander-Egg (1990) afirma que a IAP é um método de pesquisa social que surge no final da década de 1970, e que tem o sociólogo colombiano Orlando Fals Borda como principal referência teórica. É uma filosofia de vida que transforma seus praticantes em seres *sentipensantes*, logo, uma oposição a ciência positivista, tradicional e eurocentrada. A educação, a pesquisa e ação política ganham proeminência na formação de base, onde o investigar passa também para o agir, ou seja, resolução de problemas que interessam às comunidades e seu territórios.

Em linhas gerais, parte-se de uma relação de horizontalidade de relações entre pesquisadores e os sujeitos dos territórios, onde os investigados também se tornam investigadores (Colmenares Escalona (2012); seu objetivo deve partir dos atores sociais (escala microsocial) na busca da resolução de problemas que as pessoas acham importantes e no seu compromisso com o povo e com a ação transformadora da sociedade, resultando na articulação entre pesquisa científica e ação prática, além de uma preocupação com a objetividade científica e o respeito com relação às formas clássicas de pesquisa social (Ander-Egg, 1990); compromisso com o processo educativo, porque além da ação transformadora, busca-se produzir conhecimentos que sejam apropriados pelos diferentes atores, ou seja, a IAP implica um processo democrático de investigação, ação e ensino comprometidos com a justiça social (Fals Borda, 1999).

É um rompimento com a forma clássica de se fazer ciência, negando a neutralidade, mas ao mesmo tempo com objetividade científica para valorizar os saberes tradicionais/vernaculares/territoriais juntamente com os acadêmicos, por isso a ideia de horizontalidade e reciprocidade.

De acordo com Colmenares Escalona (2012), as etapas de uma IAP (oito ao todo) consideram como princípio básico o clássico triângulo investigação-ação-formação. Ander-Egg (1990) destaca que antes do início do processo de investigação já é preciso trabalhar na constituição da equipe, que deve ser formada por pesquisadores e atores sociais envolvidos, estes classificados como pessoas ativas e lideranças, potenciais beneficiários, e pessoas afetadas que, por sua vez, podem ser potenciais apoiadores ou potenciais oponentes.



A primeira etapa consiste em identificar as necessidades básicas, os problemas e os interesses das pessoas envolvidas - é deste diagnóstico que surge a problemática e o objetivo do estudo que deve priorizar a resolução dos problemas identificados; A segunda etapa consiste na coleta de dados – mesmo as técnicas derivadas de métodos tradicionais, tais como entrevistas, enquetes, observação participante, seleção de documentos, a depender do objetivo da pesquisa; A terceira etapa consiste na análise e interpretação dos dados coletados; A quarta etapa é a socialização dos resultados da investigação-ação participativa; A quinta etapa consiste na elaboração do diagnóstico final, que deve expressar os resultados discutidos coletivamente e representar a real situação do problema identificado.; Depois de construído o diagnóstico, inicia-se a sexta etapa que consiste na elaboração de um plano de ação que deve ser construído coletivamente; A sétima etapa é a execução do plano de ação com a necessidade da participação ativa das pessoas que o construíram; A oitava etapa consiste na avaliação final da IAP. Para Ander-Egg (1990), é preciso avaliar o processo para extrair conhecimentos e experiência e alerta que durante todo o processo é importante fazer o exercício de ação-reflexão-ação, pois muitas vezes se faz coisas, mas não se reflete sobre como se fez.

Costa (2021) aponta que o conceito de patrimônio territorial deve superar a concepção do território como recurso, por isso ele contrapõe as definições europeias e apresenta o conceito hifenizado de patrimônio-territorial, indicando que o hífen “totaliza y enfatiza el territorio como guardián de la memoria de resistencias sociales a las múltiples violencias urbano-rural modernas, que conduce los sujetos a una situación espacial duradera en el continente”(2021, p. 118) . Entendemos que esta afirmação é um ponto de convergência entre o método de IAP e o conceito de patrimônio-territorial - ambos partem de uma perspectiva latinoamericana.

Enquanto o método de IAP se opõe radicalmente à ciência positivista, tradicional e eurocêntrica, o conceito de patrimônio-territorial denuncia a colonialidade do ser, do saber e do poder e aciona uma ciência situada na América Latina e que possibilita pensar a partir dos povos subalternizados.

Com relação ao processo de patrimonialização global, Costa (2014) aponta que o conceito é uma generalização necessária ao entendimento da ressignificação dos lugares de memória e da natureza que, na prática, representa o brusco movimento universal de espetacularização e banalização pela cenarização progressiva dos lugares e que é um processo de ressignificação dos lugares em escala planetário. No contexto da América Latina, as concepções eurocêntricas, pautadas na modernidade e na colonialidade, operaram a subalternização de populações indígenas e afrodescendentes. Nesse sentido, Costa (2016, p. 20) propõe outra patrimonialização global, a partir dos sujeitos situados e que tenha como



desafio “fazer representar culturas subalternizadas pelas histórico-hegemônicas autoridades sociais-políticas” e ainda defende que os estudos sobre o patrimônio-territorial devem enaltecer o que resiste – do ponto de vista cultural e popular – à degenerante colonialidade do poder, pela identificação do patrimônio material e imaterial situado nas periferias latinas.

Costa (2017) destaca que, tendo em vista o histórico processo de perdas materiais e emocionais e os danos morais à existência de indígenas e afrodescendentes, é urgente a ativação popular do patrimônio-territorial latino-americano. Segundo o autor, o patrimônio-territorial é uma forma de resistência ao atual modelo de patrimonialização global, pois, valorizando as periferias, se denuncia e desmantela a colonialidade do poder e do saber e as suas formas de violências. A ativação popular do patrimônio-territorial latino-americano “é a base para a valoração existencial de sujeitos segregados” e “carrega a utopia de beneficiar – em termos simbólicos, afetivos e materiais – a população mais pobre do continente.” (Costa, 2017, p. 56-57). É neste contexto que a proposta de ativação popular do patrimônio-territorial apresenta outro ponto de convergência com o método de IAP que, como afirmou Fals Borda (2006), tem como uma de suas características o compromisso político com a causa popular.

O objetivo da ativação popular do patrimônio-territorial é identificar os bens culturais instituídos e não instituídos para valorizar a história dos subalternizados, cabendo ao grupo utilizá-los da forma que desejarem. Costa (2017) faz uma reflexão sobre a prática do turismo. Se o turismo é um fenômeno gerador de renda, por que não promovê-lo nos territórios de exceção incluindo-os, ativa, popular e conscientemente, na lógica de valoração de novos lugares da cultura?”. Aqui nos interessa a discussão em duas dimensões, sendo a primeira a evidenciação dos sujeitos nos distintos territórios, a partir desta ontologia do ser e a segunda é a prática do turismo em si, pois passa pelo crivo dos maiores interessados, as populações locais, mas por uma dimensão que não é eminentemente econômica, aquela do território como recurso.

As pessoas não são um recurso e assim como os demais patrimônios possuem ancestralidade, memória, cultura e, desta forma, constituem o patrimônio-territorial. A ativação é dos próprios sujeitos e da sua consciência, memória, do próprio ser, sendo os protagonistas do processo.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Partindo da premissa que IAP só faz sentido se for para estudar e buscar soluções para os problemas comunitários e junto com os atores sociais (Ander-Egg, 1990) e de Costa (2017) ao afirmar que a ativação popular do patrimônio-territorial deve partir da comunidade, que ela é



a gestora-empREENDEDORA e a beneficiária real do turismo, a representante protagonista da formação territorial latino-americana nesse novo processo de valoração espacial da cultura nas periferias, entendemos que o envolvimento da comunidade do Guaraguaçu, entorno do Sambaqui, deve ser acionada para o desenvolvimentos de projetos que a valorizem e solucionem suas demandas, como no caso do turismo de base comunitário, amplamente difundidos (Nascimento *et.al*, 2025; Haliski, Nascimento e Santos, 2024; Haliski, Jesus e Haliski, 2023; Haliski, Ribeiro e Gomes 2022; Haliski, Floriani e Floriani, 2019).

Costa (2017) apresenta apontamentos teóricos e metodológicos para a ativação popular do patrimônio-territorial latino-americano e acreditamos que a comunidade do Guaraguaçu se enquadra em todos os quesitos apontados. O primeiro deles é o reconhecimento dos sujeitos, detentores do patrimônio-territorial, como centro da ativação e preservação, tais sujeitos estão em constante interação com o lugar e com o mundo, sendo necessária uma abordagem de sua situação espacial – diagnóstico realizado pelo próprio Napi, além de autores pretéritos ao projeto, já mencionados acima; o segundo preceito é a elaboração de uma epistemologia do Sul que, a partir do ponto de vista histórico, sociológico e geográfico, proponha um uso contra-hegemônico da ciência – esta foi a base de outro projetos já desenvolvidos na comunidade, como aquele denominado Guaraguaçu Caiçara (2019); o terceiro preceito corresponde à emergência da cultura popular como uma reação à homogeneização da cultura de massa e que se faz pela solidariedade comunitária que resiste com seus símbolos culturais – a dimensão da cultura caiçara da comunidade atende a este quesito, como pode ser constatados em autores como Diegues (2017; 2004).

Pensar, articular e agir a partir de um Sambaqui é uma das formas de mobilizarmos distintos atores e sujeitos em prol da valorização dos ativos territoriais e da sua importância histórica, para memória, educação, conservação e também como fonte de renda. Passaremos a uma descrição mais detalhada.

Em autores como Gernet, Santos e Silveira (2019) e Serbena e Gernet (2019), encontramos os principais dados para a caracterização do espaço onde encontra-se o Sambaqui (Figura 1). Além dos dados referentes à sua localização, destacamos a sua função formativa.

O sambaqui do Guaraguaçu, localizado no município de Pontal do Paraná, (25°36'14''S, 48°28'12''W), encontra-se em área de planície litorânea Holocênica, a cerca de 15 km da baía de Paranaguá. É o maior sambaqui do litoral paranaense (22 m de altura por 323 m de base) e também um dos mais estudados, por isto também é conhecido como “Sítio Escola”. É o único, no Estado do Paraná, tombado pelo Patrimônio Histórico, aprovado na reunião do Conselho do Patrimônio Histórico e Artístico no dia 30 de março de 1982, de acordo com a Lei estadual 1.211 de 16 de setembro de 1953. (Serbena e Gernet, 2019, p. 5).



Interessa-nos essa dimensão simbólica e prática de “Sitio Escola”, todavia, verificamos *in loco* vários problemas que devem ser pautas para a implementação de projetos com essa finalidade. Não nos referimos especificamente ao ofício de pesquisador que, resguardados todos os protocolos, desde a passagem por Comitês de Ética, entre outros, asseguram os estudos e produção de materiais como artigos, capítulos e livros, mas especificamente ao papel formativo na educação infantil, ensino médio, graduação e também para demais visitantes. Nossa tese é de que a conservação e preservação passa a ser possível depois que compreendemos a sua importância e, é claro, que a comunidade do seu entorno sinta-se pertencente ao espaço e as suas instâncias formativas, desde o turismo comunitário, se for o caso.

No sambaqui em questão temos ao menos 4 mil anos de história (Gernet, Santos e Silveira, 2019) que remontam ao processo de ocupação, povoamento e deslocamentos de povos originários pelo litoral. Os registros são diversos e de vários grupos étnicos, desde os carijós, evidenciados por sepultamentos em posição fetal, pontas de lanças, restos de fogueiras, cerâmicas e demais ornamentos utilizados até mesmo em rituais funerários.

Próximo ao Sambaqui temos um forno moderno (para os padrões da época, 1840 a 1960) que fora largamente utilizado para a fabricação de cal de boa qualidade, tendo como matéria prima as suas conchas. A destinação da cal era para a construção civil de casas no litoral, especialmente em Paranaguá - PR. Outro aspecto a destacar era a utilização dos sambaquis para a pavimentação/aterro de ruas, como é o caso da PR-407. Estamos falando de crimes contra um patrimônio histórico mundial.

Localizado a cerca de 300 metros do sambaqui do Guaraguaçu, o forno de caieira [...] foi construído no século XIX e pertencia ao senhor Manoel Antônio Guimarães mais conhecido como Visconde de Nácar [...]. Na sua construção encontramos tijolos maciços possivelmente refratários [...] com o carimbo de sua olaria (Nácar) e também tijolos com o carimbo W. Hancock & Co. (Serbena e Gernet, 2019, p. 5).

Com a extinção do uso desse forno, a legislação na década de 1960 (Lei Federal nº 3.924), o tombamento na década de 1980 como Patrimônio Histórico, pela Constituição Federal de 1988 que assegura a proteção dos sambaquis por meio do artigo 216, inciso V, e mais recentemente com a ocupação do espaço pelos indígenas Guaranis, tivemos um freio muito significativo na sua degradação. A esta ação poderíamos somar outras:

A sugestão para criação de um museu sobre os sambaquis em nosso litoral deve ser contemplada, visando um trabalho de educação patrimonial atendendo as comunidades da região, que desconhecem sua própria formação quanto a grupo historicamente constituído,

mostrando que a preservação destes sambaquis nos municípios litorâneos paranaenses é de extrema importância, fortalecendo suas identidades e gerando renda através do turismo histórico-arqueológico. (Gernet, Santos e Silveira, 2019, p. 149)

Os elementos citados acima nos remetem ao fato de que ao conhecermos a importância dos patrimônios, temos mais condições para defender a sua preservação e conservação. O uso de um sambaqui para a educação ambiental-patrimonial, para exemplificar, se justifica pela necessidade de preservação e conservação dos bens comuns. Não estamos nos referindo a tornar o espaço um atrativo turístico com visitas intensas e geradoras de consumo e poluição. A ideia é uma infraestrutura de baixo impacto ambiental e que tenha como finalidade o ensino e a pesquisa a ponto de termos a formação de uma consciência coletiva e práticas sustentáveis que formem cada vez mais pessoas interessadas em nossa história ambiental/cultural e projetos com sustentabilidade ambiental.

Dentre as ações propostas por BIGARELLA para salvaguardar estas jazidas, estavam a de organizar escavações rigorosamente metodológicas, mesmo nos sítios parcialmente destruídos, possibilitando o máximo de conhecimento científico sobre estes sambaquis. Também defendia a importância de promover iniciativas de caráter turístico- cultural (criação de museus e exposições no próprio sítio), proporcionando a comunidade local conhecer um pouco de sua pré-história. (Gernet, Santos e Silveira, 2019, p. 148)

Em grande medida, vemos em Bigarella o acionamento do que mais acima caracterizamos por patrimônio-territorial, no entanto, uma das condições fundamentais para que isso ocorra é o necessário envolvimento da comunidade e também o trabalho articulado com instituições de ensino/pesquisa, além da sua viabilização por políticas de desenvolvimento que possibilitem uma infraestrutura adequada.

A preocupação com os danos ambientais e a nossa qualidade de vida, passa pelas nossas práticas de vida. Haliski, Jesus e Haliski (2023) apontam para a necessidade de entendermos os distintos contextos socioambientais para que possamos agir de forma consciente, respeitando a diversidade de saberes existente e, por este motivo, trabalhando universidade e comunidades de formas colaborativas. Em grande medida, entendemos que esse conjunto de ações faz parte de atividades formativas que acionam os distintos saberes e os convidam para o que chamamos de um diálogo de saberes com ações efetivas junto ao ambiente.

Partindo do pressuposto que os sujeitos da comunidade do Guaraguaçu são também patrimônio e são os responsáveis pelo seu desenvolvimento, realizamos uma pesquisa para saber como compreendem o seu território, pensando nos ativos disponíveis para além do

sambaqui, ou seja, trata-se de uma caracterização do território e de suas possibilidades de desenvolvimento tendo os sujeitos como protagonistas.

Entrevistamos 54 pessoas, em dezembro de 2024, onde a mais nova possuía 18 anos e a mais velha 81 anos, resultando numa média de 47,8 anos. O morador mais novo está há 01 mês no lugar, já o morador mais antigo está há 72 anos. O tempo médio de moradia é de 20.7 anos, o que nos dá uma boa base sobre suas percepções. Para tanto, realizamos questionamentos diversos que passam essencialmente pela ideia de patrimônio-territorial.

Destes, 91% possuem casa própria. Como a comunidade está numa transição de espaço urbano para rural, devido a recentes alterações no plano diretor municipal, 34% pagam o Imposto Territorial Rural (ITR), 13% o Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU) e 12 % não responderam, o que pode indicar que estes últimos não pagam nenhum deles ou não sabem, devido a condições de serem inquilinos ou funcionários.

Constatamos que 64% já ouviram falar ao menos sobre Patrimônio cultural, contrastando com os 34% que desconhecem sobre o assunto. É a mesma porcentagem que conhece o Sambaqui presente na comunidade e sabe da sua importância. Quando se referem ao Cemitério Comunitário, um dos mais antigos do litoral do Paraná, este número sobe para 87% dos que conhecem e para 98% daqueles que já ouviram falar sobre sua existência. Para 94% ele é um símbolo importante para a Comunidade.

No sentido amplo e sem dar opções prévias, a maioria acha que o Rio Guaraguaçu é o **principal atrativo** (44%), seguidos pelo ecoturismo (13%), pesca (9%) comércio (6%) e espaços públicos (6%). Todas as respostas estão interligadas à dinâmica da comunidade, entendendo o rio como atrativo para pesca e lazer, a estrada ecológica que leva até a aldeia indígena e ao sambaqui, o comércio na beira da PR 407 que atravessa a comunidade, as atividades de turismo e lazer promovidas pela prefeitura e que tem o nome de Caminhadas da Natureza, a feira comunitária que acontece aos sábados, e as próprias marinas que ofertam serviços para locação e também abrigo para embarcações. Apenas 4% diz que não há nada de atrativo.

Esta percepção certamente refere-se ao fato de que 74% afirmaram que já utilizaram o Rio para lazer ou esporte. Quando perguntados especificamente sobre qual tipo de prática, 49% enfatizam a pesca, 18% o lazer, 10% navegação, 6% esporte, 6% para nadar, 4% para o turismo e 8% falaram outras atividades, não especificando.



Assim, 98% afirmam que o Rio é muito importante para a comunidade, destacando as mais variadas atividades, desde a captação de água para o município, atração de visitantes e habitantes, para pesquisas, turismo, geração de renda e até mesmo acessos ao mar e moradias onde não se chega por estradas.

Sobre comidas típicas, 51% já disseram que conhecem algum prato caiçara, sendo o mais citado a Cambira com 43%, peixe 10%, caranguejo 10%, bolos 7% e a farinha 7%. Já podemos fazer um destaque para a importância das propagandas, projetos acadêmicos e festas que auxiliam na divulgação, visto que o peixe defumado com banana (a Cambira) recentemente foi eleito como prato típico e isso está muito atrelado ao que mencionamos sobre relação universidade-comunidade-políticas públicas (Haliski, 2019).

Sobre comércios, 28% dizem que não tem nenhum empreendimento de destaque na comunidade, 17% o Café Caiçara e 11% a floricultura. Neste caso, também as demais respostas são variadas e citam outros empreendimentos como o Recanto Ecoguaraguaçu (6%), marinas (6%), a feira semanal (4%) e um empresa que fabrica concreto (7%), dentre outros.

Com a ideia do Napi é a mobilização social pela pesquisa-ação e o eixo fundamental do projeto é a implantação de uma cozinha comunitária, perguntamos se conheciam o assunto e seu propósito, pensando na rede de contatos intra-comunidade e potencial para o desenvolvimento. Sobre o projeto da Cozinha, 26% afirmaram **espontaneamente** que ela contribuirá para o turismo, 12% para geração de renda e 9% para geração de emprego/trabalho, 9% para o fortalecimento comunitário. As demais respostas enfatizam esta dinâmica, aparecendo destaques como o fortalecimento das mulheres e o comércio de artesanatos locais.

Ao todo, 52% conhecem o projeto da cozinha, 38% ficaram sabendo pela própria comunidade, 25% pelo Café Caiçara, 17% pela associação de moradores e o restante por demais canais como a própria UFPR. Para 94% ela pode auxiliar no desenvolvimento da comunidade, desde a produção de alimento, geração de empregos e renda.

Sobre a participação no projeto, 49% dizem que gostariam de fazer parte do grupo e 2% afirmam já serem integrantes. Ao todo, 57% já possuem alguma experiência em produção de alimentos, desde pães (14%), bolos (14%), conservas (7%) e comidas em geral (43%). 57% desejam apreender mais sobre produção e 62% querem acompanhar o seu processo de implantação.



A comunidade em si, o sambaqui, o artesanato, o rio Guaraguaçu, a produção de alimentos na cozinha comunitária, as marinas, a floricultura, aldeia indígena e a estrada ecológica possuem uma grande importância e em movimento (ativação) podem gerar emprego, renda e (re)conhecimento. No entanto, o engajamento de atores/instituições como prefeitura, secretarias, etc., é fundamental. Destacamos o fato citado por Nascimento *et.al* (2025) relacionado, para exemplificar, à dificuldade de conquistar um espaço físico para a implantação da cozinha comunitária, agora ampliemos para um projeto maior e que envolve instâncias como o governo federal e estadual, nos referindo a algo como um projeto com/no sambaqui, certamente uma tarefa quase impossível, ao menos pelos dados que temos hoje. Somente a visita/conhecimento das ruínas dos antigos fornos de fabricação de cal já seria importantíssimo para conhecermos o nosso passado e o que não fazer com o patrimônio. Tudo isso poderia passar pela explicação da própria comunidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Todo debate traz consequências que precisam ser dialogadas e sanadas. Nos parece que um dos principais, referente ao sambaqui, está ligado à existência de uma aldeia indígena no local. Mesmo que seja recente, final da década de 1990, ela foi fundamental para proteger este espaço de pessoa que iam até ali para se deslizar nas conchas, fazer motocross, etc., conforme relatam os moradores mais antigos. No entanto, os indígenas sobrevivem basicamente de artesanatos comercializados à visitantes esporádicos, geralmente estudantes. É nesse sentido que uma avaliação sobre a possibilidade do turismo de base comunitária se faz necessário, visto que ele já existe, mas sem um controle e um espaço adequado para tal. Na possibilidade de não fomentar esta prática, ao menos deveríamos pensar em alternativas, como um museu na comunidade e que estes sujeitos pudessem ser inseridos de modo a gerar conscientização, preservação, conservação e renda.

Estamos admitindo que os Sambaquis resultam de um processo intenso de movimentos populacionais de povos originários e, mesmo a sua utilização *a posteriori* para fins danosos a esse patrimônio, como no caso da construção de fornos para fabricação da cal ou pavimentação de estradas, temos a formação de outros patrimônios, como o próprio forno do Guaraguaçu, que deve ser utilizado de exemplo para evidenciar o que não deve ser feito. Grande parte das comunidades desconhecem a riqueza do patrimônio histórico-cultural e arqueológico de seus territórios, por este motivo, estamos instigando trabalhos articulados entre comunidade,

universidade e poder público de forma articulada para pensarmos em um desenvolvimento na perspectiva de uma práxis-territorial ou do que aqui foi tratado como patrimônio-territorial, em que o diálogo e as ações entre os sujeitos da ação são fundamentais.

REFERÊNCIAS

- ANDER-EGG, E. (1990). *Repensando la Investigación–Acción–Participativa*: comentarios, críticas y sugerencias. Vitoria-Gasteiz: Servicio Central de Publicaciones del Gobierno Vasco.
- Colmenares Escalona, A. M. (2012). Investigación-acción participativa: una metodología integradora del conocimiento y la acción. *Voces y Silencios. Revista Latinoamericana de Educación*, v. 3, n. 1, p. 102–115. <https://revistas.uniandes.edu.co/index.php/vys/article/view/7540>.
- COSTA, E. B. (2017). Ativação popular do patrimônio-territorial na América Latina: teoria e metodologia. *Cuad. Geogr. Rev. Colomb. Geogr.*, Bogotá, v. 26, n. 2, p. 53-75. http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0121-215X2017000200053&lng=es&nrm=iso
- DIEGUES, A. C. Diversidade biológica no complexo estuarino-lagunar de Iguape-Cananéia-Paranaguá. In: *El buen vivir: interculturalidades y mundyalización, una mirada desde América Latina*. (orgs) Juan Carlos Skewes e Antonio Marcio Haliski. 1 ed. Curitiba: Ed. UFPR, 2017.
- _____. História e memória caiçara. Enciclopédia caiçara. São Paulo: Nupaub/Hucitec, 2004.
- FALS BORDA, O. (1999). Orígenes universales y retos actuales de la IAP. *Análisis Político*, [S. l.], n. 38, p. 73–90. <https://revistas.unal.edu.co/index.php/anpol/article/view/79283>.
- _____. (2006). Aspectos teóricos da pesquisa participante: considerações sobre o significado e o papel da ciência na participação popular. In: BRANDÃO, Carlos Rodrigues. (org.) *Pesquisa Participante*. 8ª Ed. São Paulo: Brasiliense, pp. 42-62.
- GERNET, Marcos de Vasconcellos; SANTOS, Elizângela da Veiga; SILVEIRA, Alex Justos. João José Bigarella e os sambaquis: uma paixão pela pré-história do litoral do Paraná. In: STEFANELLO, Alaim Giovani Fortes. *et al.* (Coord.) **Direito ambiental na atualidade: homenagem ao Dr. João José Bigarella**. Curitiba/PR: OABPR, 2019.
- HALISKI, A. M.; JESUS, T. Cabral dos Santos Ribeiro de; HALISKI, A. G. Uma análise da educação ambiental em projetos e pesquisas a partir da perspectiva CTS. **Revista Brasileira de Educação Ambiental (RevBEA)**, [S. l.], v. 18, n. 7, p. 84–93, 2023. DOI: 10.34024/revbea.2023.v18.15119. Disponível em: <https://periodicos.unifesp.br/index.php/revbea/article/view/15119>.
- HALISKI, A. M.; NASCIMENTO, E. C.; SANTOS, E. . Educação Ambiental para a conservação patrimonial do Sambaqui do Guaraguaçu. *Revista Cerrados*, v. 22, p. 194-212, 2024.
- HALISKI, A. M.; JESUS, THAUY CABRAL DOS SANTOS RIBEIRO DE ; HALISKI, ANTONIO GUILHERME . Uma análise da educação ambiental em projetos e pesquisas a partir da perspectiva CTS. *REVISTA BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL (ONLINE)*, v. 18, p. 84-93, 2023.
- HALISKI, A. M., FLORIANI, D. & FLORIANI, N. (2019). Os usos da natureza e ambiente na comunidade do Guaraguaçu como elementos para uma proposta em torno da Agroecologia em



Pontal do Paraná – PR. *Revista Mundi Sociais e Humanidades*. Curitiba, PR, v.4, n.2, 64. <https://doi.org/10.21575/25254774rmsh2019vol4n21049>

KAMINSKI, F. M. (2012). *Cipozeiras do Guaraguaçu*: entre a proteção ambiental e a preservação da cultura local. 30 p. [Trabalho de Conclusão de Curso –Especialização em Questão Social na Perspectiva Interdisciplinar. Universidade Federal do Paraná, Setor Litoral, Matinhos/PR].

[NASCIMENTO, E. C.](#) ; [HALISKI, Antonio Marcio](#) ; [MOREIRA, C. A. B.](#) ; [QUADROS, D. A.](#) . A investigação-ação participativa e a ativação popular do patrimônio-territorial no Guaraguaçu, litoral do Paraná, Brasil. *Perspectiva Geografica*, v. 30, p. 1-17, 2025.

PARELLADA, C. I.; RODRIGUES, J. C.; CONCEIÇÃO, V. H.; DORNELES, V. A. C.; RUDNICK, M. G.; AIZONA, G. S.; GOMES, G. R. Sambaquis do litoral paranaense: espacialidade, fauna associada e datações. In. **XX Paleo PR/SC**, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2018.

SAQUET, Marcos. Participação social em territórios de identidade e desenvolvimento numa práxis dialógica e cooperada. In: SILVA, Onildo; SANTOS, Edinusia; COELHO NETO, Agripino. (Org.). **Identidade, território e resistência**. Rio de Janeiro: Consequência, 2014. p. 11-36.

SAQUET, Marcos. Socioeconomia e desenvolvimento territorial sustentável. In: DENARDIN, V. F.; ALVES, A. R. (Orgs.). **Desenvolvimento territorial**: olhares contemporâneos. Londrina: Mecenaz, 2019. p. 1-23.

SERBENA, A. L.; GERNET, Marcos de Vasconcellos. Aspectos sobre a história do forno de caieira do Sambaqui do Guaraguaçu, Litoral do Paraná. **Anais do III Simpósio Brasileiro de Desenvolvimento Territorial Sustentável**, Matinhos/PR, 2019. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/337010026>

SILVA, D. B. (2021). *Modos de vida e religiosidade*: a comunidade tradicional caiçara do Guaraguaçu – Pontal do Paraná-PR. Rio de Janeiro, RJ: e-Publicar.

VILLAGRAN, X. S. O que sabemos dos grupos construtores de sambaquis? Breve revisão da arqueologia da costa sudeste do Brasil, dos primeiros sambaquis até a chegada da cerâmica Jê. **Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia**, 23, 139-154, 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/issn.2448-1750.revmae.2013.107182>